



PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Unidade Requisitante: Coordenação do Serviço de Saúde Mental
Responsável: Kárita Rosa de Oliveira

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Municipal.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) nas suas diferentes modalidades são pontos de atenção estratégicos da RAPS: serviços de saúde de caráter aberto e comunitário constituídos por equipe multiprofissional que atua sob a ótica interdisciplinar e realiza prioritariamente atendimento às pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situações de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial (BRASIL, 2011) e são substitutivos ao modelo asilar. O CAPS I atende pessoas de todas as faixas etárias que apresentam prioritariamente intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes e o CAPSad, o qual encontra-se em processo de implantação atenderá pessoas de todas as faixas etárias que apresentam intenso sofrimento psíquico decorrente do uso de crack, álcool e outras drogas. Além de uma equipe mínima de saúde mental composta por médicos psiquiatras, enfermeiros, médicos clínicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, técnicos de enfermagem, técnicos administrativos e oficineiros, os CAPS necessitam de profissionais de apoio como auxiliares de serviços gerais e vigilantes, os quais devem auxiliar a equipe no manejo das situações de crise mantendo a ordem e a segurança do local. Os serviços de Vigilância Patrimonial são essenciais para que a equipe possa desempenhar suas atividades satisfatoriamente e para proporcionar segurança do público em geral, bem como a preservação do patrimônio público. Estes serviços devem ser desenvolvidos de forma constante e não intermitente, e, se interrompidos, podem comprometer a continuidade das atividades da instituição, sob pena de prejuízo ao interesse público. A ausência desse serviço acarretará a vulnerabilidade das dependências dos estabelecimentos, podendo ocasionar furtos, roubos e invasões de meliantes e prejudicar a integridade física de servidores, colaboradores e demais cidadãos que transitam pelo local. Os vigilantes fazem parte da equipe dos CAPS desempenhando um papel fundamental ao oferecem suporte à equipe no manejo das crises.



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

2 – PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A administração não possui Plano Anual de Contratações.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente.

A empresa deverá efetuar a prestação dos serviços discriminados no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.

Os valores dos salários serão definidos por intermédio de ampla pesquisa de preços junto a outros órgãos públicos, para os serviços com naturezas não contempladas por convenção coletiva de trabalho (CCT) normatizada e demais serviços conforme o piso da categoria e convenção coletiva vigente.

Os empregados mencionados acima deverão ser contratados em regime de mão-de-obra exclusiva a fim de atender as demandas corriqueiras dos Centros de Atenção Psicossocial, de acordo com o quantitativo determinado.

A contratada deverá disponibilizar materiais, uniformes, equipamentos e seus complementos à mão de obra envolvida, para cada vigilante, durante toda a vigência do contrato e quando necessária sua substituição, conforme o mínimo a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho:

Crachá de identificação: o crachá é de uso obrigatório e deverá ser fornecido pela Contratada, sendo substituído em caso de qualquer defeito, não podendo em hipótese alguma o funcionário exercer suas atividades sem a devida identificação. EPI's: é de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os EPI's, individual ou coletivo, necessários aos trabalhadores que prestarão serviço, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança, além de providenciar o rigoroso treinamento de seus profissionais na execução dos serviços a serem desenvolvidos e seus aspectos de riscos.

A contratada deverá oferecer treinamento e reciclagem em procedimentos de contenção para os profissionais.

Por tratar-se de serviços de natureza contínua, os quais devem ser prestados permanentemente, devido à sua essencialidade ao bom funcionamento da instituição, propõe-se que os contratos sejam firmados com a usual vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O quantitativo de postos foi apresentado no DFD (documento de formalização da demanda) e está dimensionado de acordo com a necessidade dos Centros de Atenção Psicossocial.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO



PREFEITURA DE UNAÍ ESTADO DE MINAS GERAIS

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Para a contratação de serviços de vigilância, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias. É comum em toda a Administração Pública a contratação de serviços de vigilância em consonância com os critérios adotados, onde estão incluídos os pagamentos pelos serviços prestados em cada local de execução e pelos materiais efetivamente empregados. A partir das características da contratação pretendida, a solução disponível no mercado é a contratação da prestação do serviço de vigilância através de dedicação exclusiva de mão de obra, devendo obedecer aos preceitos estabelecidos pela Lei 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação para o período de 12 meses é de R\$ 93.560,00 (Noventa e ter mil e quinhentos e sessenta reais).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As atividades de segurança destinadas aos Centros de Atenção Psicossocial serão necessárias para impedir ou inibir ação criminosa e principalmente situações que envolvam heteroagressividade proveniente dos usuários dos serviços, algo que pode ser inerente às características do público. Serão executados mediante contratação de postos de trabalho em jornada de 40 horas semanais, sendo a vigilância ostensiva com atividade exercida no interior da Instituição, por pessoas uniformizadas com todo equipamento necessário à realização dos serviços. A Contratada deverá manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados da Contratante. Além de disponibilizar preposto e instruí-lo quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho. Integram a composição dos valores correspondentes aos empregados os custos relativos aos insumos diversos, composto pelos seguintes itens: uniformes, materiais, equipamentos e outros necessários e utilizados diretamente na execução dos serviços. O fornecimento de produtos e serviços deve ser aferido no Índice de Medição de Resultado (IMR) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas.

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não há necessidade de parcelamento.



**PREFEITURA DE UNAÍ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Espera-se com a contratação do serviço de vigilantes a manutenção dos serviços que já são fornecidos ao Centro de Atenção Psicossocial I a fim de que usuários e servidores que atuam nas equipes desfrutem de um ambiente seguro e organizado.

10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há necessidade de contratações correlatas/interdependentes.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Coordenação do Serviço de Saúde Mental, após concluir os Estudos Técnicos Preliminares aqui registrados, declara serem viáveis as contratações para a prestação de serviços de vigilante para os Centros de Atenção Psicossocial.

Unaí, 22 de julho de 2024.

Assinatura dos responsáveis.